



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.

Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

GÊNERO, ENVELHECIMENTO E CLASSE SOCIAL

Isa Mara Da Silva¹

Mônica Santos Barison²

Karin Alves Do Amaral Escobar³

Resumo: O trabalho explicita recorte de reflexões teóricas elaboradas na pesquisa de iniciação científica intitulada “Mulher idosa e o seu papel social na velhice”. Refletimos que as relações de gênero e geracionais, que determinam os significados acerca do papel da mulher e envelhecimento, não podem ser dissociadas do modo como são processadas as relações entre as classes sociais no marco do capitalismo.

Palavras-chave: gênero; envelhecimento; classes sociais

Abstract: The paper explicite a clipping of theoretical reflections elaborated in the research of scientific initiation entitled "Elderly women and their social role in old age". We argue that gender and generational relations, which determine meanings about the role of women and aging, can not be dissociated from the way in which the relations between social classes within the framework of capitalism are processed.

Keywords: genre; aging; social classes

1. Introdução

O trabalho explicita o recorte de reflexões teóricas produzidas no bojo de pesquisa de iniciação científica intitulada “*Mulher idosa e o seu papel social na velhice*”, que está em desenvolvimento no âmbito de curso de serviço social. A pesquisa objetiva, em linhas gerais, conhecer o significado atribuído por idosas acerca da relação entre os papéis socialmente destinados à mulher, o envelhecimento e participação social. O estudo mencionado é de cunho qualitativo, cuja amostra é composta de mulheres idosas aposentadas e/ou pensionistas que participam de grupos de convivência de associação vinculada ao chamado terceiro setor. Tal associação presta serviços inscritos nos campos da assistência social e da saúde e se constitui enquanto campo de estágio para estudantes de Serviço Social. Consideramos que capturar a percepção desses

¹ Estudante de Graduação. Centro Universitário de Volta Redonda. E-mail:< isa_mara1968@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário de Volta Redonda. E-mail:< isa_mara1968@hotmail.com>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário de Volta Redonda. E-mail:< isa_mara1968@hotmail.com>.

sujeitos sociais pode, dentre outros, conferir visibilidade acerca do modo como vivenciam e lidam com as questões relacionadas ao envelhecimento feminino, cujas reflexões podem servir de subsídios para a avaliação e formulação de programas sociais destinados a esse público.

O envelhecimento é um fenômeno multidimensional que varia conforme as condições socioeconômicas, culturais e territoriais. A longevidade da população é um processo mundial e, no Brasil, a população tem mantido essa tendência de envelhecimento dos últimos anos. Superou a marca dos 30,2 milhões em 2017, representando um crescimento de 18%, já que, em 2012, o total de idosos era de 25,4 milhões (IBGE, 2017). Uma característica importante dessa parcela da população é que as mulheres são maioria expressiva. Assim, torna-se relevante dar visibilidade ao papel social da mulher idosa, uma vez que, historicamente, as mulheres são alvos de desigualdades econômicas, sociais e políticas. O Brasil revela experiências peculiares nos padrões de envelhecer, em que as mulheres acumulam desvantagens, como violência, discriminação, salários inferiores, duplas jornadas de trabalho, etc.

Assumimos o pressuposto de que os significados atribuídos ao papel da mulher e ao envelhecimento na contemporaneidade mantêm conexão com a cultura forjada na sociabilidade capitalista, marcada por relações antagônicas entre as classes sociais. Nesse sentido, depreendemos a necessidade de refletir que as relações de gênero e geracionais, que determinam os significados acerca do papel da mulher e do envelhecimento, não podem ser dissociadas do modo como são processadas as relações entre as classes sociais no marco do capitalismo.

O cenário contemporâneo tem sido marcado por retrocessos consideráveis em diversos níveis e diferentes campos da vida social. Dentre eles, destacamos o desmonte do pacto social que pretendia a afirmação dos direitos de cidadania da classe trabalhadora e, em especial, de segmentos específicos da população que historicamente sofreram diretamente os impactos das relações de dominação e exploração que marcam a sociabilidade capitalista, com destaque para os idosos e as mulheres. A investida neoliberal que almeja a consolidação da acumulação do capital não tem medido esforços, utilizando a

máquina do Estado, para desencadear processos que destruam os nichos da cultura que produziam representações sociais sobre a importância do respeito às diferenças, da justiça e da equidade social. Tal investida vem reforçando práticas marcadas pelo preconceito, discriminação e violência no âmbito das relações sociais, que desmascaram a face da barbárie do capitalismo. O cenário contemporâneo impõe a construção de movimentos de resistência que, dentre outros, perpassam pelo adensamento de fundamentação teórica que seja capaz de iluminar a realidade na perspectiva de ultrapassar leituras que se encerram no plano do senso comum.

Assim, neste trabalho apresentaremos, então, reflexões que pretendem estabelecer conexões entre o debate sobre as relações de gênero, as relações geracionais e as relações de classes. Na primeira seção, elucidaremos reflexões acerca das configurações da sociabilidade capitalista na perspectiva de destacar as relações antagônicas entre as classes sociais. Na segunda seção, apresentaremos o debate que compreende as relações de gênero e geracionais enquanto expressões das relações entre as classes sociais e, conseqüentemente, das formas como a sociabilidade capitalista estabelece o lugar social da mulher e da pessoa idosa. Por fim, teceremos considerações que sistematizam as principais reflexões processadas nesse ensaio.

2. Sociabilidade capitalista: o antagonismo entre as classes sociais

No modo de produção capitalista, a entrega do fruto do trabalho a outrem exigiu a constituição de um conjunto de relações sociais que assumissem a função de materializar e legitimar a subordinação da classe trabalhadora à classe que detém os meios de produção. Reside nesse aspecto o trabalho alienado: o processo de trabalho não é mais organizado para atender à necessidade do trabalhador, mas para garantir o desenvolvimento da riqueza da classe dominante (LESSA, 2002). Assim, o capitalismo se constituiu como um dos modos de produção que desencadearam o estabelecimento de relações sociais específicas de exploração de uma classe pela outra, ou seja, existem condições históricas específicas onde relações de produção se estabelecem a partir da

produção social da desumanidade criada pelos próprios homens. O capitalismo alterou substancialmente a necessidade que dá origem e desencadeia o processo de trabalho: o lucro se tornou a finalidade última da organização da produção. Um complexo de relações é estabelecido para o alcance desta finalidade, incluindo a constituição de relações sociais e, conseqüentemente, de ideias que sejam capazes de encobrir tal intencionalidade.

O desenvolvimento da sociedade do capital sempre dependeu do trabalho alienado. A execução da ordem que leva a cabo a produção é resultado da coação exercida sobre o trabalhador: para garantir sua sobrevivência, ele precisa vender a sua força de trabalho. Tal força de trabalho é o único bem que o trabalhador possui, tendo em vista que a monopolização dos meios de produção também se constituiu como o assento do desenvolvimento do capitalismo. Foi preciso expropriar o trabalhador dos meios de trabalho para que ele se submetesse às necessidades de reprodução ampliada do capital. Foi preciso converter o trabalho em trabalho assalariado. A força de trabalho passou a ser reconhecida como mercadoria, passível do estabelecimento de um preço representado pelo salário. O trabalhador precisa ainda entregar os resultados do seu trabalho àquele que lhe paga. O salário que recebe é usado para garantir sua reprodução material e, conseqüentemente, manter-se vivo para continuar o ciclo do seu trabalho. O capital é, então, uma forma de propriedade privada que se expande a partir da exploração da força de trabalho. É o aumento da miséria dos trabalhadores, o que garante o aumento da riqueza da classe que detém os meios de produção (LESSA, 2002).

Em Marx (1982) encontramos a análise de que a sociedade capitalista produz a ideia de que sua relação, na condição de comprador da força de trabalho, é equânime ao daquele que vende a sua força de trabalho. A absorção da ideia de que o trabalhador é livre e escolhe vender a sua força de trabalho por um tempo determinado em troca de um salário e por meio do estabelecimento de um contrato, é fundamental para o alcance dos objetivos do capitalista. O trabalhador não pode se reconhecer como servo ou escravo: é a sua força de trabalho que é comprada e não ele próprio, o que o faz pensar que ele é proprietário da sua força de trabalho nas mesmas condições de igualdade daquele que possui o dinheiro para comprá-la. Marx (1982) nos ensina ainda que

a força de trabalho é uma mercadoria que possui um valor e que tal valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção ou reprodução. O autor postula que o desenvolvimento do modo de produção capitalista sinalizou que o avanço das forças produtivas diminuiu a necessidade do capital variável, que expressou o movimento do capitalista produzir uma população supérflua, isto é, que não é necessária à expansão do capital e, por isso, é considerada excedente.

Marx (1982) denomina *de exército industrial de reserva* a população supérflua ou superpopulação – cujos efeitos essenciais produzidos foram o acirramento da concorrência entre os trabalhadores e interferência na regulação de salários. Afinal, o capitalista precisava encontrar meios de economizar seus gastos com a força de trabalho, tendo em vista que o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Foi preciso existirem, então, parcelas significativas da população que estivessem absolutamente disponíveis para a produção, pois era necessário diminuir os custos com o pagamento da força de trabalho bem como diminuir o tempo da produção.

A criação do exército industrial de reserva se constitui, então, em uma condição para a acumulação do capital. Na perspectiva da valorização do capital, a parcela da população trabalhadora deve sempre crescer mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego e de sua utilização. Neste cenário, as desigualdades sociais não são frutos apenas da concentração da renda e riqueza, mas representam a essência da configuração do modo de produção capitalista (IAMAMOTO, 2008).

Vejamos como Marx (1982) “classifica” os diversos segmentos populacionais que representam tal superpopulação.

E, por último, os desclassificados, viciados, ou incapacitados para o trabalho. Entre estes, é preciso contar, sobretudo, os indivíduos que a divisão do trabalho, fixando-os em determinados ramos, tornou-os inutilizáveis; os que ultrapassaram a idade normal para o trabalho; finalmente os vitimados na indústria, os mutilados, os doentes, as viúvas cujo número cresce aceleradamente com as máquinas perigosas, as minas, as fábricas de produtos químicos, etc. O pauperismo constitui a hospedaria dos inválidos do exército industrial de reserva. Sua necessidade e sua produção são dadas pela necessidade e pela produção da superpopulação relativa; são as

condições inseparáveis da existência da população capitalista e do desenvolvimento da riqueza (MARX, 1982, p.168).

Duriguetto & Montaño (2011) trazem alguns elementos para a compreensão acerca das classes sociais na sociedade capitalista. Afirmam que as classes sociais são determinadas no âmbito da produção e que um sujeito pertence a uma determinada classe social a partir da sua função na produção e do papel social assumido na produção de riquezas. Assim, os autores citados pontuam que três aspectos são determinantes para a identificação do pertencimento de um sujeito a uma classe social específica do modo de produção capitalista.

Um desses aspectos é o tipo de propriedade que as pessoas possuem no âmbito do processo produtivo, que pode ser: a) a propriedade de força de trabalho (dos trabalhadores, cuja renda é o salário); b) a propriedade dos meios de produção (dos capitalistas, cuja renda é o lucro); e c) a propriedade da terra (os donos de terra, cuja renda é a renda fundiária). Nesse sentido, é importante sinalizar que não é a renda ou a capacidade de consumo que se constituem como determinantes de classe. Esses dois últimos elementos definem a esfera do mercado e diferenciam os sujeitos no âmbito do setor socioeconômico. A propriedade inscreve o sujeito no lugar e no papel que desempenha na esfera produtiva e, conseqüentemente, define sua classe social. Outro aspecto vinculado à determinação de classe é o que se refere às relações que são estabelecidas na sociedade capitalista entre as classes sociais. A relação entre os sujeitos que detêm os meios de produção e os que são proprietários apenas de sua força de trabalho é marcada pelo viés da produção, ou seja, aqueles compram e estes vendem a força de trabalho. Não em condição de igualdade, mas de exploração dos trabalhadores – que entram e saem do processo produtivo apenas com o necessário para reproduzir sua força de trabalho, conforme explicitado anteriormente.

O último aspecto identificado por Duriguetto & Montaño (2011) como determinante de classe é o que se refere às formas de organização coletiva entre os sujeitos que impulsionam as formas de enfrentamento de uma classe contra a outra. Compreender tal elemento que determina a condição de classe de um sujeito requer o debate acerca das duas dimensões que constituem a classe

social: a “classe em si” e a “classe para si”, de acordo com o debate marxiano. Gohn (1999) é clara ao afirmar que Marx entende “classe em si” como aquela que revela o grupamento de indivíduos segundo a sua posição no trabalho, que resulta da organização objetiva da produção. “Classe para si” é uma categoria da teoria marxista que elucida a coletividade organizada de trabalhadores que tomaram consciência de sua condição e de seus interesses de classe. Tal consciência de classe se constitui como fundamental para sua organização em sindicatos ou partidos políticos.

Desta forma, a produção de desigualdades sociais impulsiona paradoxalmente a reação da classe trabalhadora em diversas frentes de lutas, cujo movimento pode desencadear um processo de ruptura com os diferentes níveis de alienação impostos no bojo do modo de produção capitalista. Engels e Marx (1998) elucidam que o motor da história é a luta de classes. É impossível não citar a frase da primeira seção do Manifesto Comunista: “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (ENGELS & MARX, 1998, p. 08). Nessa perspectiva, a luta de classes expressa a bipolaridade entre as classes que forjam a sociedade regida pelo capital: os compradores e os vendedores da força de trabalho. Elas estão visceralmente vinculadas às contradições entre capital e trabalho e expressam a resistência e denúncia por parte dos trabalhadores dos processos de produção das desigualdades que têm uma raiz comum: a apropriação privada dos meios de produção. Entretanto, a própria composição heterogênea da população de trabalhadores e a forma como cada segmento da população vivencia as diferentes desigualdades sinalizam que tais lutas também se apresentam de maneira diversificada no cenário público. As lutas se revestem de variados temas e reivindicações e são levadas a cabo por diversos sujeitos coletivos que experimentam as diferentes refrações da questão social na imediatez da vida social (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2011).

Mas é mister destacar a importância de se estabelecer a conexão entre a singularidade e a universalidade das relações que desencadeiam tais lutas:

Entendemos, dessa forma, as lutas pela igualdade de direitos de gênero, sexual, racial, pela defesa do meio ambiente, pelos direitos humanos, por demandas pontuais de uma comunidade, como lutas

diferentes (nos seus campos de atuação, na sua organização, nos seus objetivos), mas constitutivos das lutas de classes (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2011, p. 119).

Então, da mesma forma que as lutas se diversificam de acordo com a especificidade dos atores (e de suas demandas) - que a particularizam no cotidiano da vida social -, elas condensam, ainda que seus membros não agreguem a devida consciência, o conteúdo da luta de classe propriamente dita. Assim, é mister agregar o debate sobre consciência ao de classes sociais e luta de classes. Anderson (1996) nos lembra de que a consciência é determinada pela realidade social. Cita o célebre pensamento de Marx, no qual postula que o ser social determina sua consciência e não o contrário. Destarte, é o tipo de inserção e o modo como o sujeito apreende a realidade que impulsionará o desenvolvimento da sua consciência.

A inserção no cotidiano se constitui na primeira forma de consciência (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2011). O cotidiano é o nível em que os indivíduos se reproduzem, tendo em vista que ocupam os meios para o atendimento de suas necessidades. O indivíduo, nesse nível, se percebe como ser singular. As determinações de classe condicionam a primeira forma de consciência dos indivíduos na vida cotidiana. O sujeito desenvolve uma representação acerca da imediatez em que está inserido: compreende o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado e estabelece generalizações. Nesse processo, o sujeito ainda confunde o dado imediato com a própria realidade. É o senso comum, segundo Duriguetto e Montañó (2011), que revela conhecimento fragmentado da totalidade e desconectado de um contexto histórico, o qual implica naturalizar os fenômenos que se mostram em seu cotidiano. Os autores citados fazem referência a outro modo de consciência: é a consciência reivindicatória e sindical, que se traduz por uma superação parcial da alienação na medida em que significa a formação da consciência em si. Ou seja, é resultado da percepção coletiva das situações de exploração vivenciadas pelos trabalhadores em seus mais diversos espaços. A construção de uma identidade coletiva e de uma consciência reivindicatória desencadeia uma ação grupal que pode ser capitaneada pela luta sindical e por variados movimentos (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2011).

Entretanto, é somente a passagem da consciência reivindicatória para uma consciência da totalidade da vida social que caracteriza a transição da classe em si à classe para si, conforme afirmam os autores supracitados. O terceiro nível de consciência revelaria a capacidade política de ultrapassar um terreno apenas reivindicatório que propõe reformas (no plano legal, trabalhista ou de execução de serviços) em torno de demandas próprias, para adentrar um terreno de lutas, cujas ações tendem a aglutinar variados grupos, transformando ideologias em partidos, bem como unificando as finalidades econômicas e políticas e as intelectuais e morais (DURIGUETTO & MONTAÑO, 2011).

3. Relações de gênero e geracionais: expressões das relações entre as classes sociais

Conforme abordado anteriormente, as lutas dos atores sociais se diversificam de acordo com a especificidade de suas demandas sem, contudo, desconsiderar o conjunto das relações sociais que têm como determinantes as classes sociais, o gênero, a idade, a raça/etnia, muitas vezes vivenciadas de forma heterogênea por diversos sujeitos que experimentam as diferentes refrações da questão social.

Por conseguinte, reafirmamos a importância de reconhecer esses múltiplos pertencimentos na formação das subjetividades e identidades que contribuem para demarcar diferentes lugares e papéis, hierarquias, que são assumidos por diferentes sujeitos sociais.

Motta (1999, p. 191) sinaliza que “ser velho é uma situação vivida em parte homogeneamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade ou geração”.

Os princípios de classificação que usamos para definir os indivíduos em sociedade, como a idade ou o sexo, apesar de parecerem naturais, são construções sociais.

A cronologização das etapas da vida foi um processo característico do período da modernidade. Marcado pelo seu processo de individualização, onde as dimensões relacionadas tanto ao mundo familiar como do trabalho, as

instituições educacionais, o mercado de consumo passaram a ser claramente definidos e separados pela idade cronológica. A substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista contribuiu para o processo de institucionalização das fases da infância, adolescência, idade adulta e velhice (SILVA, 2008).

Para Debert (1998) o Estado Moderno teve um papel importante nesse processo na medida em que as questões que faziam parte da esfera privada e familiar foram transformadas em ordem pública. Sua intervenção também pode ser vista no estabelecimento de direitos e deveres e nas políticas públicas direcionadas aos grupos etários específicos.

Deste modo, identifica-se que a idade não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, mas, resultados de elaborações simbólicas que definem fronteiras entre idades pelas quais os indivíduos passam e, que não são necessariamente as mesmas em todas as sociedades.

No que se refere à construção social da velhice, essa etapa diferenciada da vida teria surgido na transição entre os séculos XIX e XX. As condições para o seu surgimento se relaciona à formação de novos saberes médicos que investiam sobre o corpo envelhecido, a criação dos sistemas de aposentadoria, em geral ao aparecimento de instituições e agentes especializados na gestão da velhice consolidando a velhice como categoria etária (SILVA, 2008).

A velhice é uma categoria socialmente produzida, surge gradativamente a partir da fragmentação dos cursos da vida, estabelecendo diferenciação entre as idades, atribuindo funções e hábitos específicos para cada grupo.

Através dessas análises percebe-se que, no estudo da velhice, em determinada sociedade, há o momento específico a partir do qual o indivíduo é considerado velho, a posição social desse velho e o tratamento direcionado para essa fração da população, o que ganha diferentes significados que dependem dos variados contextos sociais, culturais e históricos.

A utilização das categorias de identidade envolve uma verdadeira luta política, onde o que está em jogo é a redefinição de poderes ligados a grupos sociais distintos em variados momentos no ciclo da vida. A categoria velhice, é resultado de lutas entre grupos sociais, são relações de força onde cada geração

luta pela distribuição de poder e privilégios entre elas (BOURDIEU 1983, apud DEBERT, 1998).

A “velhice” como problema social surgiu, na classe operária, sobretudo a partir de meados do século XIX, resultado do modo de organização do capitalismo. Presume-se que o salário remunera apenas a força investida no trabalho. Assim, a velhice dos operários é, então, assimilada, pelo patronato capitalista, à invalidez, ou seja, à incapacidade para produzir (LENOIR, 1996, p. 79).

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força do trabalho, ele já não é produtor nem reproduzidor. Se a posse e a propriedade constituem uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa (BOSI, 2001, p. 77).

O homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social. Na sociabilidade do capital, fundada pela exploração, onde os trabalhadores são destituídos do controle do seu tempo de vida, com o avanço da idade cronológica e desgaste da força de trabalho, o tempo de vida de trabalho é estendido ao tempo de envelhecer (TEIXEIRA, 2008).

O envelhecimento não é uma condição que atinge a todos de forma igual. É uma realidade que transcende a história. Esse destino é vivido de maneira distinta segundo as condições materiais de produção e reprodução social que imprimem um estatuto social à velhice, ou estatutos diferenciados, conforme as classes, *status* e hierarquias sociais (BEAUVOIR, 1990).

Assim sendo, a velhice não é vivenciada da mesma forma para homens e mulheres, pois os papéis desempenhados por estes são construídos socialmente, o componente de gênero é fundamental para entendermos a velhice e a situação da mulher idosa. As relações de gênero levam em consideração a desigual distribuição das responsabilidades e experiências vivenciadas por mulheres e homens nas esferas da produção e reprodução social das relações sociais.

Portanto, compreender as relações de gênero implica analisar a construção social e histórica de nossa sociedade fundada em práticas sociais

hierarquizadas, patriarcais, onde o masculino sobrepõe-se ao feminino. Essas práticas têm, como consequência, maior prestígio e poder para os homens e uma situação de subordinação das mulheres, em várias esferas da vida, inclusive nas relações de trabalho, baseadas na diferenciação entre os sexos. Compreender a história das sociedades humanas perpassa pelo estudo da condição de exploração de classe e opressão de gênero (MATTOS, 2009).

As relações de gênero apresentam-se como um dos fundamentos da organização da vida social, considerando que historicamente foram definidos lugares sociais sexuados, a partir de dicotomias como público x privado, produção x reprodução, político x pessoal, reproduzindo desigualdades sociais (ALMEIDA, 2007).

As discussões sobre as relações de gênero permitem “desnaturalizar” e “historicizar” as desigualdades que existem entre homens e mulheres, entre idosos do sexo feminino e masculino, principalmente num cenário de feminização da velhice (MESQUITA, 2017).

A feminização da velhice está associada à maior presença de mulheres na população idosa; há o crescimento do número de mulheres idosas que integram a população economicamente ativa, inclusive chefes de família (NERI, 2007).

As mulheres de idade avançada enfrentam muitos desafios, como o preconceito sexista e geracional que perpetua desigualdades. Enfrentam uma posição de fragilidade, pois diferem de outros grupos de idade quanto ao nível de escolaridade, apresentando menor escolarização e qualificação profissional. Diferem ainda em relação ao estado civil, sendo na sua maioria, viúvas e, portanto, muitas vezes, chefes de família. Chegam a uma idade em que a probabilidade de doenças de cuidado prolongado é maior, o que as faz depender de familiares e ou amigos (SALGADO 2002 apud MEHDIZADEH, 2002).

A mulher enfrenta, então, uma aposentadoria com rendimento mínimo ou nulo, viuvez ou separação, afastamento de seus filhos, sentimentos de inutilidade, provocados por todos os mitos e estereótipos existentes socialmente, quando as estruturas sociais exigem da mulher ser jovem, bonita e produtiva para participar e contribuir com a sociedade. Em geral ela vivencia discriminação, pobreza, solidão, perdas e mudanças (SALGADO, 2002).

O processo de construção da desigualdade ocorre principalmente por serem mulheres e idosas, configurando uma dupla vulnerabilidade, que pode ser agravada por outros marcadores sociais e raciais (DEBERT, 1994).

Portanto, as relações de gênero e geracionais enquanto expressões das relações entre as classes sociais e, conseqüentemente, da sociabilidade capitalista contribui decisivamente para determinar o lugar social da mulher e da pessoa idosa em nossa sociedade.

4. Considerações finais

O trabalho explicitou reflexões acerca das conexões entre relações geracionais, de gênero e de classes sociais. Refletimos que os significados atribuídos ao papel da mulher e ao envelhecimento devem ser compreendidos a partir da leitura acerca da cultura forjada na sociabilidade capitalista, marcada por relações antagônicas entre as classes sociais. No marco do capitalismo, a dominação e exploração impostas pela classe que detém os meios de produção à classe que vende sua força de trabalho são reproduzidas no âmbito das diversas relações sociais. Assim, é a condição de classe que forja a constituição das representações e materializações das relações geracionais e de gênero.

Nessa perspectiva, o envelhecimento é determinado pelo contexto social e cultural. As diferenças de gênero e de classe vão delinear diferentes trajetórias de vida percorridas por homens e mulheres e contribuir para a compreensão de como vivenciam o processo de envelhecimento.

Considerando que o envelhecimento é uma construção social, não pode ser identificado como uma experiência universal e homogênea, desconsiderando as condições materiais de inserção de homens e mulheres no movimento de produção e reprodução das relações sociais.

Depreendemos, então, que o enfrentamento das desigualdades sociais vivenciadas por mulheres idosas está atrelado, dentre outras estratégias, à inserção de pautas classistas nos movimentos sociais que militam na defesa dos direitos das mulheres e da pessoa idosa e também à articulação com movimentos sindicais, na perspectiva da unidade da luta da classe trabalhadora.

5. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S.S.(org) A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil. In: Violência de Gênero e Políticas Públicas. Ed. UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org.). Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BEAUVOIR, S. A Velhice. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- DEBERT, G.G. Pressupostos da Reflexão Antropológica Sobre a Velhice. In: DEBERT, G. G. Antropologia e Velhice, Textos Didáticos, n.19, IFCH, 1998.
- DURIGUETTO, M. L.; MONTAÑO, C. Estado, Classes e Movimento Social. São Paulo: Cortez, 2011.
- ENGELS, F.; MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. In REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). O Manifesto Comunista 150 anos depois. Rio de Janeiro: Contaponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, [1848] 1998.
- GOHN, M. da G. Classes e Movimentos Sociais. In: CFESS- ABEPSS-CEAD. Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: UnB, 1999.
- IAMAMOTO, M. A Questão Social no Capitalismo. Revista Temporalis. Rio de Janeiro, Ano II, n. 3, 2001. ISBN: 85-85610-20-4.
- _____. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2008.
- LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: MERLLIÉ, Dominique. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 59 – 106
- LESSA, S. Mundo dos Homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MARX, K. O Capital. Crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- MATOS, V.C.S. Um Estudo Histórico das Relações de Gênero e Classe. In Saber Acadêmico. Jun.2009. Disponível em: http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6_um_estudo_historico.pdf
- Acesso em: 20/06/2019
- MESQUITA, A. A. Envelhecimento populacional e relações de gênero: velhos dilemas e novos desafios. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X.
- MOTTA, A.B. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. Cadernos pagu (13) 1999: pp.191-221

NERI, A.L. Feminização da Velhice. In NERI, A.L (Orgs). Idosos no Brasil Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC, SP, 2007.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.15, n.1, p.155-168, jan.-mar. 2008.

TEIXEIRA, S.M. Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008 (pp21-44).